

# PROPOSTAS SISTEMATIZADAS

## METODOLOGIA DE TRABALHO

O procedimento adotado para a sistematização das 1.720 propostas apresentadas pelos 292 municípios<sup>1</sup> e uma associação regional que realizaram Conferências Municipais das Cidades, relacionados em anexo, obedece os seguintes passos:

1) Tem como referência o documento-base que reúne as propostas conforme foram cadastradas pelos municípios, em arquivo PDF (que está disponível no *site* da 4.<sup>a</sup> Conferência Estadual das Cidades), distribuídas nos quatro eixos temáticos. Como esse tipo de arquivo não permite classificações e/ou reordenamentos, as propostas foram migradas na íntegra do seu conteúdo para um *software* de cálculo (que gera um tipo de planilha).

2) Nessa planilha, na sequência, para possibilitar o vínculo da informação com o município proponente e uma maior consistência aos dados, foi agregada uma chave numérica para cada município (optou-se pelo CEP, pois a estação gráfica do IPARDES utiliza o CEP como um georreferenciador na confecção de mapas temáticos), criando assim códigos numéricos correspondentes a cada proposta/município, o que garante recuperar sua posição de origem. Outra informação agregada foi a mesorregião IBGE na qual o município autor da proposta se inclui.

Essas informações possibilitam a verificação da abrangência territorial da proposta e possibilitarão, no futuro, a espacialização das propostas no território paranaense e a realização de uma leitura da distribuição regional das mesmas, permitindo identificar demandas similares, complementares e específicas, assim como as diferenças regionais entre as propostas.

Construiu-se, portanto, um banco de dados sólido e versátil, sem descartar nenhuma proposta constante do documento original, dividido em quatro planilhas (uma para cada eixo).

3) As informações desse banco de dados foram classificadas por intermédio de palavras-chave, definidas como síntese do conteúdo da proposta, que

---

<sup>1</sup> 310 municípios realizaram Conferências Municipais das Cidades, porém 19 não cadastraram propostas no sistema. Entre esses, os municípios do litoral cadastraram por intermédio da Associação dos Municípios do Litoral Paranaense (AMLIPA).

funcionaram como um conceito classificatório, sendo elas o mais literal e objetivas diante da pluralidade presente no conjunto das propostas.

No processo classificatório, observou-se que havia propostas que não correspondiam ao eixo no qual foram inseridas. Assim, procedeu-se à migração das mesmas para o eixo correspondente e a um reordenamento por eixo.

O passo seguinte, numa espécie de sintonia fina, foi aglutinar as propostas em grupos por temas afins dentro de cada eixo, sendo que algumas foram desdobradas uma vez que tratam de mais de um tema ou eixo, respeitando agrupamentos de propostas sob as mesmas palavras-chave. Algumas propostas, por se referirem a dois temas distintos, foram desdobradas dentro do próprio eixo, ou enviadas para o eixo correspondente ao seu conteúdo. Outras, por conteúdo semelhante, foram fundidas em uma única proposta.

4) Em todo esse processo, as propostas foram contadas, para dimensionar a incidência, ou seja, o número de municípios que a indicaram como prioritária. Quanto maior a incidência, maior a efetividade e o peso da proposta classificada por palavra-chave, no total das propostas em seus respectivos eixos.

Esse dimensionamento permitiu uma escala de propostas em ordem sequencial, das mais incidentes às menos incidentes, desde que com abrangência regional; ou seja, desde que tenham aparecido um grande número de vezes e com procedência distribuída em um conjunto significativo de municípios.

As propostas individuais ou específicas foram separadas em um arquivo à parte e serão objeto de reclassificação e encaminhamento às instâncias responsáveis.

5) A partir dos grupos por palavra-chave, as propostas foram aglutinadas por subtemas e foi redigida uma versão preliminar síntese para cada eixo. Agregaram-se a essas propostas-sínteses os resultados da contagem de incidência, para sua hierarquização, e a abrangência territorial das mesmas.

Nesse passo, as propostas foram discutidas pela equipe técnica de sistematização, formada por técnicos da SEDU, IPARDES e AMBIENS Cooperativa, para receberem a redação final e serem apresentadas para aprovação pela Comissão de Sistematização. Buscou-se considerar no corpo da proposta todo o conteúdo resultante da elevada incidência e procedência distribuída no território, e pontuaram-se na sequência os conteúdos com de menor incidência para serem submetidos à apreciação do grupo temático e posteriormente integrados ou não à proposta final.

Foi composto então um conjunto de propostas, por eixo, hierarquizado pela incidência, e com formato e clareza que facilitem a discussão e votação nos grupos de trabalho da Conferência Estadual das Cidades.

A síntese dessa contagem proporcionou a construção de um quadro-resumo, incluído a seguir, que permite uma visão de conjunto dos eixos.

EIXO TEMÁTICO	PROPOSTAS CLASSIFICADAS	PROPOSTAS RECEBIDAS DE OUTROS EIXOS	PROPOSTAS ESPECIFICAS	TOTAL CONSIDERADO
EIXO 1	386	19	52	457
EIXO 2	391	50	79	520
EIXO 3	502	167	67	736
EIXO 4	415	37	86	538
TOTAL	1.694	273	284	2.251

6) Os quatro conjuntos de propostas sistematizadas encontram-se na sequência, e os arquivos resultantes das etapas intermediárias da sistematização – seja o PDF com as propostas cadastradas sejam as planilhas classificadas – estão disponíveis no *site* da Conferência ([www.4conferenciadascidades.pr.gov.br](http://www.4conferenciadascidades.pr.gov.br)).

7) Em cada proposta, a introdução corresponde ao conteúdo de maior incidência, ou seja, com origem na ampla maioria dos municípios anotados ao final da mesma. As pequenas propostas pontuadas, correspondentes ao mesmo conteúdo, têm menor incidência e algumas vezes podem até conter teor contraditório, cabendo ao grupo a decisão quanto à sua incorporação ao texto. Ao final de cada proposta consta a relação dos municípios que lhes deram origem. Como alguns municípios enviaram mais de uma proposta sobre o mesmo conteúdo, a quantidade dessas propostas encontra-se entre parêntesis. O número de incidência soma a quantidade de propostas enviadas.

## PROPOSTAS SISTEMATIZADAS

### EIXO 1- Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores

**Total de propostas classificadas: 386**

**Oriundas de outros eixos: 19**

**Específicas: 52**

#### 1 - Conselhos Municipais - 234 propostas

Criação e implementação ou reestruturação de Conselhos Municipais das Cidades, obrigatório a todos os municípios, instituído por lei, com caráter deliberativo, formado por 40% de representantes do poder público e 60% da sociedade civil, com apoio administrativo e contínua capacitação, tendo atribuições predefinidas e a finalidade de propor diretrizes relacionadas às políticas públicas. Tais Conselhos Municipais deverão compor-se de câmaras técnicas, gerir os respectivos fundos e divulgar suas ações em diversos meios de comunicação, para que haja participação e controle social, bem como promover a integração do Conselho Municipal das Cidades com os demais conselhos. Deverão ainda:

- ser criados e implementados os conselhos de Habitação de Interesse Social, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Metropolitano, Regionais, e implementados outros Conselhos Gestores já instituídos, com participação efetiva da sociedade, devendo gerir seus respectivos fundos e ter caráter consultivo e deliberativo;
- ser criadas e/ou implementadas câmaras técnicas setoriais;
- ser realizados fóruns semestrais dos conselheiros municipais para planejar e estabelecer metas nos três âmbitos governamentais, e reuniões bimestrais do CONCIDADES;
- ser garantida a representatividade dos municípios no Conselho Estadual das Cidades;
- ser criado um conselho único, consultivo e deliberativo, com câmaras técnicas e conselheiros remunerados, composto de forma paritária, com representantes de todos os Conselhos existentes.

## Municípios que enviaram as propostas:

Abatiá, Almirante Tamandaré (2), Alto Paraíso, Alto Paraná (2), Ampére, Anahy, Andirá (2), Antonina (2), Antônio Olinto, Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Assis Chateaubriand (2), Astorga, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Bituruna, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu (2), Boa Ventura de São Roque, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso, Borrazópolis, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Califórnia, Cambará, Campina da Lagoa, Campina Grande do Sul, Campo Mourão, Carambeí, Carlópolis (2), Centenário do Sul, Céu Azul, Chopinzinho, Clevelândia, Colombo (2), Colorado, Congonhinhas, Corbélia, Coronel Domingos Soares (2), Coronel Vivida (2), Cruz Machado, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzeiro do Sul, Cruzmaltina, Curiúva, Dois Vizinhos, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Figueira (2), Flor da Serra do Sul, Floráí, General Carneiro, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guaira, Guairaçá, Guapirama, Guaporema, Guaraci (2), Guarapuava (2), Guaraqueçaba, Ibaiti, Iguatu, Inácio Martins, Irati, Itaipulândia, Itambé, Itapejara d'Oeste, Ivaiporã, Ivaté, Jacarezinho, Jaguapitã (2), Jaguariaíva, Jandaia do Sul, Japurá, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho (2), Kaloré (2), Lidianópolis, Lobato, Londrina (2), Luiziana (2), Lunardelli, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Manfrinópolis, Mangueirinha, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Marialva (2), Marilândia do Sul, Marilena, Maringá (2), Mariópolis (2), Maripá, Marmeleiro, Matelândia, Mauá da Serra, Mirador (2), Missal, Morretes, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças (2), Nova América da Colina, Nova Aurora (2), Nova Fátima, Nova Londrina (2), Nova Olímpia (2), Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranavaí, Pato Bragado, Paula Freitas, Paulo Frontin (2), Piraí do Sul, Planaltina do Paraná (2), Pontal do Paraná (2), Porto Vitória (2), Pranchita, Primeiro de Maio (3), Prudentópolis (2), Quatiguá, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Quinta do Sol (2), Ramielândia, Rancho Alegre (2), Rancho Alegre d'Oeste, Realeza, Renascença, Reserva do Iguaçu (2), Ribeirão Claro, Rio Azul, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rio Negro, Rolândia, Sabáudia (2), Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo (2), Santa Fé (2), Santa Helena, Santa Isabel do Ivaí (2), Santa Izabel do Oeste, Santa Tereza do Oeste (2), Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, São Carlos do Ivaí (2), São João, São João do Ivaí, São João do Triunfo (2), São Jorge do Patrocínio, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, Sapopema, Sarandi (2), Saudade do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu (2), Sertanópolis, Tamboara, Telêmaco Borba, Terra Boa (2), Terra Rica (2), Tibagi, Tupássí, Uiratã (2), Umuarama, União da Vitória, Uraí, Vera Cruz do Oeste (2), AMLIPA.

## 2 - Capacitação, divulgação, participação e controle social - 117 propostas

Capacitar técnicos, conselheiros e atores sociais, em nível nacional, estadual e municipal, por meio de cursos, fóruns e palestras relacionados às políticas públicas, entre elas a de desenvolvimento urbano; criar grupos de estudo acerca do Estatuto das Cidades e do Plano Diretor Municipal; realizar encontros anuais visando ao intercâmbio entre outros municípios, convocando o Estado a prestar assessoramento técnico; criar campanhas publicitárias (jornais, televisão, rádio, internet) que estimulem a participação popular nos Conselhos Gestores e o acompanhamento pelos conselheiros das políticas públicas de desenvolvimento urbano, em nível nacional, de modo a alcançar melhores resultados nas políticas setoriais, como saneamento básico, saúde, habitação, educação no trânsito, mobilidade e acessibilidade urbana, desenvolvimento sustentável; assim como fiscalizar a destinação de recursos dos programas sociais, de modo que sejam aplicados de forma coerente. Além disso:

- criar um canal de comunicação governo-cidadão que divulgue mecanismos da gestão democrática, princípios, conceitos, direitos-deveres, e que possibilite a integração e o compartilhamento de experiências via internet (*link/portal*) para o Conselho das Cidades;
- produzir documento (Cartilha dos Conselhos), como instrumento pedagógico e incluir no currículo escolar noções de cidadania voltadas à participação democrática e conscientização da ação popular como fator determinante no futuro das cidades;
- discutir previa e amplamente, em fóruns de debates, a aprovação do Projeto de Lei 212/08, em trâmite na Assembleia Legislativa Estadual (proposta de criação de modelo de Gestão Metropolitana Integrada);
- criar comissão permanente de acompanhamento dos Programas Habitacionais de Interesse Social, programas setoriais urbanos, Planos Diretores e outras ações públicas;
- utilizar o SIG - Sistema de Informações Geográficas para fiscalizar e acompanhar a implementação dos programas urbanos.

### Municípios que enviaram as propostas:

Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia (2), Amaporã (2), Ampére, Ângulo (2), Araucária (2), Ariranha do Ivaí, Astorga, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Bela Vista do Paraíso, Boa Esperança, Boa Ventura de São Roque, Campina da Lagoa, Campina do Simão (2), Carlópolis (2), Cascavel (2), Catanduvas (2), Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Corbélia, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzmaltina, Curitiba, Douradina, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste (2), Farol, Fênix, Flor da Serra do Sul, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Francisco Beltrão, Guaporema, Guaraniáçu (2), Ibaiti, Inajá, Iporã (2), Itambaracá, Itaúna do Sul (2), Ivaté, Jesuítas (2), Jussara (2), Leópolis, Lindoeste, Mamborê, Mandaguari, Marilena, Mariluz (2), Maripá, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Fátima, Nova Prata do Iguaçu (2), Novo Itacolomi, Ouro Verde do Oeste, Palmas, Paranavaí, Pato Branco, Peabiru (2), Perobal, Pérola, Pitanga, Planaltina do Paraná, Porto Rico (2), Prudentópolis, Quatiguá, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Rancho Alegre d'Oeste, Ribeirão Claro, Rio Bom, Salto do Itararé, Santa Fé, Santa Maria do Oeste (2), Santa Mônica, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso (2), São Jorge do Patrocínio, São José das Palmeiras, São Pedro do Paraná, Sertaneja (2), Sulina, Tamboara, Tapira, Telêmaco Borba, Turvo, Uraí.

### 3 - Apoio interinstitucional e composição de fundos- 54 propostas

Que as esferas governamentais apoiem as associações comunitárias, para que sejam aplicados os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, com deliberação por parte dos Conselhos das Cidades. Para tanto, destinar fundos federais para a elaboração de Planos Diretores Municipais e suas revisões, para a formulação e implementação de políticas setoriais de habitação, saneamento, mobilidade e acessibilidade, bem como criar Fundo Local de Habitação de Interesse Social. Propõe-se ainda:

- destinar 5% dos recursos para infraestrutura;
- destinar recursos para viabilizar a participação da comunidade em simpósios e conferências;
- criar fundo municipal único representativo a vários conselhos;
- aumentar o aporte de recursos federais e estaduais para municípios de fronteira;
- destinar fundos a catástrofes naturais, defesa civil, turismo e saneamento.

### Municípios que enviaram as propostas:

Alto Paraíso, Arapuã, Bela Vista do Paraíso, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso, Borrazópolis, Braganey, Cafelândia, Califórnia, Campina Grande do Sul, Capanema, Céu Azul, Cruzeiro do Sul, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Faxinal, Flórida, Francisco Alves, General Carneiro (2), Grandes Rios, Guairaçá, Ibema, Irati, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Lindoeste, Lunardelli, Mandaguacu, Manfrinópolis, Marilândia do Sul, Marmeleiro, Matelândia, Mauá da Serra, Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Novo Itacolomi, Pato Bragado, Presidente Castelo Branco, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Santa Helena, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, Sertanópolis, Tibagi, Turvo, União da Vitória.

### [Propostas organizadas para a sistematização \(integral\)](#)

## EIXO 2 - Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores e efetivação da função social da propriedade do solo urbano

**Total de propostas classificadas: 391**

**Oriundas de outros eixos: 50**

**Específicas: 79**

### 1 - Implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade - 178 propostas

Para a efetivação do cumprimento da função social da propriedade (urbana e rural), propõe-se implementar os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, por meio de política de estímulo à utilização da propriedade urbana, fundamentalmente o IPTU progressivo, parcelamento, edificação ou utilização compulsória, outorga onerosa e transferência do direito de construir, direito de preempção, operação urbana consorciada, estudo de impacto de vizinhança, consórcio imobiliário, orçamento participativo, entre outros, além da criação e implementação dos Planos Diretores Municipais e de Habitação, com consulta popular e apreciação do Conselho das Cidades, percentual de área e determinação de locais destinados para ZEIS, regularização fundiária, criação de banco de terras para Habitação de Interesse Social, orientação específica a municípios com menos de 20 mil habitantes, desburocratização dos órgãos oficiais, facilitando a regularização da documentação de imóveis para a população de baixa renda, inclusive com isenção de taxas de registro de imóveis de interesse social, e criação de programas de locação social. É necessário ainda:

- fazer recadastramento de imóveis, estudos, mapeamento de áreas, e criar programas de ocupação de vazios urbanos e imóveis vazios, públicos ou privados;
- identificar e controlar a ocupação em áreas de risco;
- prover os loteamentos, as ZEIS e os projetos habitacionais de infraestrutura integrada, planejada, de qualidade e com sustentabilidade ambiental, assim como espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- ampliar os recursos, nas três esferas governamentais, para o Fundo de Habitação de Interesse Social e vinculá-los à apresentação de Plano Local de Habitação de Interesse Social e à demarcação das ZEIS, destinando o recurso para famílias com renda inferior ou igual a 5 salários mínimos;
- garantir recursos para viabilizar projetos e implementação da reforma agrária e de programas habitacionais rurais.

**Municípios que enviaram as propostas:** Abatiá, Almirante Tamandaré, Alto Paraná, Alto Piquiri, Anahy (2), Andirá, Ângulo, Apucarana (3), Arapongas, Araucária (2), Ariranha do Ivaí, Assaí, Astorga, Bituruna, Boa Esperança, Boa Ventura de São Roque, Boa Vista da Aparecida, Brasilândia do Sul (2), Cambará, Cambé (2), Campina da Lagoa, Campina do Simão (2), Campina Grande do Sul, Campo Bonito (2), Campo Mourão (2), Capanema (3), Catanduvas, Céu Azul, Chopinzinho (3), Cidade Gaúcha (2), Clevelândia, Colorado, Congonhinhas (2), Cruz Machado, Cruzeiro do Iguaçu (2), Cruzeiro do Sul, Curitiba (2), Dois Vizinhos, Engenheiro Beltrão (2), Esperança Nova, Farol (2), Figueira, Flor da Serra do Sul (2), Foz do Iguaçu (2), Francisco Beltrão (2), General Carneiro (2), Guapirama, Guaraci, Guarapuava (3), Guaraqueçaba (2), Iguatu, Inácio Martins, Irati, Iretama, Itapejara d'Oeste, Jacarezinho (2), Jacarezinho, Kaloré, Leopólis, Lindoeste, Loanda, Lobato, Mamborê (3), Mandaguaçu, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marialva (2), Marilena, Maringá, Mariópolis (2), Maripá, Medianeira, Mirador, Moreira Sales, Nova América da Colina (2), Nova Aurora, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Fátima, Palotina (2), Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaguá (2), Pato Bragado, Paula Freitas, Paulo Frontin, Perobal, Pinhal de São Bento, Pinhão, Pirai do Sul (2), Pitanga (2), Planaltina do Paraná, Planalto, Pontal do Paraná (2), Porto Vitória, Pranchita, Presidente Castelo Branco, Quarto Centenário, Quatiguá, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Quinta do Sol (2), Ramilândia, Rancho Alegre, Realeza, Reserva do Iguaçu, Ribeirão Claro (2), Rondon, Salgado Filho, Salto do Itararé (2), Salto do Lontra, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé (2), Santa Helena, Santa Maria do Oeste (2), Santa Mônica, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso (2), São Jerônimo da Serra, São Jorge do Patrocínio, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Sarandi, Tibagi (2), Turvo, Ubatã, União da Vitória, Uniflor, Uraí, AMLIPA (2).

## 2 - Implementação e revisão dos Planos Diretores Municipais – 142 propostas

Os Planos Diretores Municipais deverão ser obrigatórios e participativos em todos os municípios; devem ser elaborados a partir de diagnósticos, aprovados, concluídos, regulamentados, implementados, revistos, atualizados e divulgados, com prazos e metas estipuladas; devem garantir a participação popular nas políticas de desenvolvimento urbano e implementação das legislações complementares; devem ser complementados com Planos Setoriais, que deverão estar compatíveis com políticas públicas, projetos de infraestrutura e planejamento da expansão urbana; devem também implantar sistemas de divulgação periódica do Plano Diretor, da legislação concernente, das etapas do processo, assim como das ações governamentais e do conteúdo do Estatuto da Cidade a toda comunidade, inclusive às escolas, utilizando metodologia simples e linguagem popular. Propõe-se ainda:

- a demarcação das áreas urbanas protegidas e o destino correto dos resíduos sólidos, considerando as questões ambientais, e maior rigor quanto à execução do estudo de impacto de vizinhança;
- a criação de novos loteamentos que respeitem as proximidades aos parques industriais;
- o diagnóstico da realidade fundiária, com ajustes nas áreas de políticas públicas, articulando-as aos programas governamentais e de acessibilidade urbana;
- o acompanhamento dos Planos Diretores pelo governo estadual, através da SEDU, exigindo e fiscalizando a implantação;
- o assessoramento e capacitação dos meios jurídicos, técnicos e de fiscalização, e da sociedade em geral, relativamente às políticas públicas.

### Municípios que enviaram as propostas:

Abatiá, Almirante Tamandaré, Altônia, Amaporã, Andirá, Ângulo, Antonina (2), Antônio Olinto (2), Arapongas, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Bituruna, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Campina da Lagoa, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Mourão, Carlópolis, Castro, Céu Azul, Cianorte, Colombo, Colorado, Corbélia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruz Machado, Diamante do Sul (2), Dois Vizinhos, Douradina (2), Enéas Marques, Esperança Nova, Floresta, Flórida (2), General Carneiro, Guapirama, Guaraniaçu, Ibaiti, Iguatu, Inajá, Iporã, Irati, Iretama, Itaipulândia, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguapitã, Janiópolis, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Jesuítas (2), Kaloré, Lidianópolis, Lobato, Londrina (2), Mamboré (3), Mandaguaçu, Mandaguari, Manfrinópolis (2), Maria Helena, Maripá, Matelândia, Mirador, Moreira Sales, Morretes, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Londrina (2), Nova Olímpia, Nova Prata do Iguaçu (2), Nova Santa Bárbara (2), Nova Tebas, Paicandu, Paraíso do Norte (2), Paranacity, Paranavaí, Paula Freitas (2), Paulo Frontin, Peabiru, Pérola, Pinhal de São Bento, Pitanga, Ponta Grossa, Pranchita, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Quarto Centenário, Querência do Norte, Ramilândia, Rancho Alegre, Rancho Alegre d'Oeste (2), Realeza, Reserva do Iguaçu, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Itararé, Salto do Lontra, Santa Fé, Santa Isabel do Ivaí, Santa Isabel do Oeste (2), Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Sudoeste (2), São João do Triunfo, São Jorge d'Oeste, São José dos Pinhais (3), São Manoel do Paraná (2), Sertaneja, Terra Rica, Três Barras do Paraná (2), Tupãssi, Turvo, União da Vitória, Vera Cruz do Oeste.

## 3 - Planejamento, projetos, estabelecimento de critérios e prioridades e destinação de recursos - 64 propostas

Devem ser desenvolvidos projetos para ocupações ordenadas, ações conjuntas de planejamento, planos para instrução e educação voltados à população, e políticas urbanas claras, considerando as particularidades de cada região, assim como criar programas de locação de imóveis públicos e adotar medidas de incentivo para que as pessoas permaneçam nas casas construídas em programas de habitação, além de reestruturar os espaços públicos do município para que cresça de forma planejada e organizada, e evitar que sejam realizadas divisões de terrenos com áreas muito pequenas. Deve-se também implantar infraestrutura referente a equipamentos públicos e



comunitários, criar linha de recursos a fundo perdido, com recursos dos governos estadual e federal, e aumentar o valor do repasse do FPM aos municípios. Para tanto, deve-se instituir órgão permanente de planejamento e elaborar estudo sobre a situação/déficit habitacional, junto à sociedade civil e organizada, com análise abrangente e pontual dos problemas locais. Além disso:

- condicionar a liberação de recursos para municípios que tenham Plano Diretor e somente para a realização de ações previstas neste, com melhor aproveitamento de recursos através de parcerias público-privadas e da urbanização coletiva em pequenos municípios;
- buscar o reequilíbrio de impostos e celeridade e desburocratização na liberação de verbas, e quanto aos repasses de recursos e investimentos, dar tratamento especial aos pequenos municípios, como incentivo e apoio técnico para elaboração e implementação do Plano Diretor;
- criar tabela diferenciada aos pequenos municípios para cobrança de impostos, programas de apoio financeiro, mecanismos menos burocráticos para o acesso aos recursos do Ministério das Cidades e programas semelhantes ao MCMV.

#### Municípios que enviaram as propostas:

Alto Paraná, Alto Piquiri (2), Altônia, Amaporã, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso (2), Boa Ventura de São Roque, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Campo Largo, Cândói, Carambei, Cascavel, Castro, Catanduvas, Colombo, Coronel Domingos Soares, Cruzeiro do Oeste (2), Cruzeiro do Sul, Entre Rios do Oeste, Florai, Francisco Alves (2), Guaraci, Ibaiti, Inácio Martins, Iporã, Itaipulândia, Itambaracá, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Ivaté (2), Jardim Alegre, Lidianópolis, Luiziana, Mandaguari, Ourizona, Paiçandu, Pato Bragado, Paula Freitas, Peabiru, Perobal, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Porto Rico, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Caiuá, São Jerônimo da Serra, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Sertãoópolis, Tapira (2), Terra Boa, Tupãssi, Umuarama.

## 4 - Participação e controle social - 57 propostas

A participação popular deve ocorrer em todos os momentos de elaboração e implantação da política urbana, cumprindo os termos de gestão democrática do Estatuto da Cidade; para tanto, a população deve participar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e ter acesso à realização e implementação dos Planos Diretores, para o que é necessário que se realizem reuniões, debates, audiências públicas e também que se criem mecanismos de controle e fiscalização. Deve-se criar programa permanente de acompanhamento das necessidades das cidades e um comitê de fiscalização, além de cursos sobre questões públicas para conselheiros, e de formação para líderes de movimentos sociais. Deve-se ainda:

- exigir melhor atuação dos órgãos fiscalizadores e relatório bianual com as áreas que necessitam de regularização fundiária ou que sejam consideradas como áreas de risco ambiental, e as áreas que não atendem à função social da propriedade.

#### Municípios que enviaram as propostas:

Ampére, Antônio Olinto, Arapuã (2), Boa Esperança do Iguaçu, Bom Sucesso (2), Borrazópolis (2), Cafelândia, Califórnia (2), Campo Bonito, Campo Largo, Carambei, Carlópolis, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Enéas Marques, Faxinal, Florai, Godoy Moreira (2), Grandes Rios (2), Guaraniaçu, Inajá, Itambé, Lunardelli (2), Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Marilândia do Sul, Matelândia, Nova Olímpia, Nova Prata do Iguaçu, Planaltina do Paraná, Primeiro de Maio, Quinta do Sol, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí (2), Rondon, Sabáudia, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, São João, São João do Ivaí, São João do Triunfo, São Manoel do Paraná, São Pedro do Ivaí (2), São Pedro do Paraná, Sapopema, Tamboara, Tapejara, Telêmaco Borba.

#### [Propostas organizadas para a sistematização \(integral\)](#)

## **EIXO 3 - Integração da Política Urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento**

**Total de propostas classificadas: 502**

**Oriundas de outros eixos: 167**

**Específicas: 67**

### **1 - Saneamento - 193 propostas**

Elaboração e aprovação do plano municipal de saneamento vinculado ao plano regional/estadual e ao Plano Diretor Municipal, reafirmando o “pacto pelo saneamento básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, que consiste na adesão de toda a sociedade em torno dos eixos e estratégias e do processo de elaboração do plano, estruturado em cinco grandes eixos: (i) universalização (todos tenham acesso à água potável e canalizada, coleta de lixo e local adequado para seu descarte, rede de esgoto e estação de tratamento, manejo de águas pluviais); (ii) participação e controle social; (iii) cooperação federativa (que as esferas municipal, estadual e federal atuem em conjunto); (iv) integração das políticas públicas de saúde, recursos hídricos e meio ambiente, e de desenvolvimento urbano, rural e regional; e (v) gestão e sustentabilidade social, ambiental e econômica. Além disso, propõe-se a implementação de fundo de reserva para incrementar ações em investimentos em saneamento, na área urbana e principalmente na área rural, da arrecadação pelos exploradores de recursos hídricos, como hidrelétricas, concessionárias de fornecimento de água e outros. Propõe-se ainda:

- investimentos para ampliar o sistema de captação de água potável e melhoria do sistema de distribuição existente; construção de reservatórios e poços artesianos nas comunidades rurais, limpeza e tratamento das lagoas e reutilização por meio de cisternas para captação de água da chuva;
- recursos para a extensão de rede de galerias pluviais (projetos de drenagem e captação de águas pluviais), para conter a erosão, o assoreamento dos rios e evitar enchentes; que se destinem recursos financeiros para projetos de emissários para macrodrenagem urbana, respeitando as microbacias;
- priorizar investimentos em coleta e tratamento de esgoto nas áreas urbanas dos pequenos municípios, estabelecendo metas e prazos para que as concessionárias que fazem a distribuição de água também façam investimentos na coleta e tratamento de esgoto; cadastramento e fiscalização dos sistemas de fossas sépticas e sumidouros existentes, bem como fiscalização dos mesmos e de novas construções;
- implantação do sistema de coleta seletiva (frequente) e disposição adequada de lixo urbano, com campanhas para conscientização e

mobilização junto a escolas e sociedade em geral; criação de central de triagem, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, em consórcio intermunicipal; implantação de sistema de compostagem e destinação final para o lixo em aterro sanitário municipal ou terceirizado.

#### Municípios que enviaram as propostas:

Abatiá, Almirante Tamandaré, Alto Paraíso (Vila Alta) (2), Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Ampére, Anahy, Andirá, Ângulo, Antonina, Apucarana, Arapongas (2), Araruna, Ariranha do Ivaí, Astorga (2), Atalaia (2), Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Boa Esperança, Boa Ventura de São Roque (2), Boa Vista da Aparecida, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Brasilândia do Sul, Cambará (2), Cambé, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Campo Bonito, Campo Largo, Castro, Catanduvas, Clevelândia, Colorado (2), Corbélia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida (2), Cruz Machado, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte (2), Dois Vizinhos, Entre Rios do Oeste, Esperança Nova, Fênix, Flor da Serra do Sul (2), Francisco Alves, General Carneiro, Guaíra, Guairaçá (2), Guapirama, Guaporema, Guaraci (2), Guaraniaçu, Guaraqueçaba, Ibaiti, Ibema, Iguatu, Inácio Martins, Iporã, Itapejara d'Oeste, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Jacarezinho, Japurá, Jardim Olinda (2), Jussara (2), Lidianópolis, Loanda, Lobato, Luiziana, Mamborê (2), Mandaguáçu, Mandaguari, Manfrinópolis, Mangueirinha, Maria Helena (3), Marmeleiro (2), Missal, Moreira Sales (2), Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças (3), Nova América da Colina, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Fátima, Nova Londrina, Nova Olímpia, Nova Prata do Iguaçu, Nova Santa Rosa, Ourizona, Ouro Verde do Oeste, Paiçandu, Palmas, Palotina, Paranacity, Paranaíba, Paranaíba, Pato Bragado, Pato Branco, Peabiru, Pérola (4), Pinhal de São Bento (2), Pinhão, Pirai do Sul, Pitanga, Planalto, Porto Rico, Pranchita, Presidente Castelo Branco (2), Primeiro de Maio, Quarto Centenário, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte (3), Rancho Alegre, Realeza, Reserva do Iguaçu, Ribeirão Claro (2), Rio Azul, Rio Negro, Salto do Lontra, Santa Cruz de Monte Castelo (2), Santa Fé, Santa Helena, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia (4), Santa Maria do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João, São João do Triunfo, São Jorge d'Oeste, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio (2), São José das Palmeiras (2), São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, Sapopema, Sarandi, Saudade do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Sertãozinho, Sulina, Tamboara, Tapira (2), Terra Boa, Terra Rica, Três Barras do Paraná, Tupãssi, União da Vitória, Uniflor, Verê, AMLIPA.

## 2 - Mobilidade e acessibilidade - 143 propostas

Promover a melhoria da mobilidade e acessibilidade urbana, por meio de políticas de transporte, trânsito e sistema viário, integradas ao Plano Diretor Municipal, que priorizem o sistema de transportes urbanos coletivos ao individualizado e ampliem a noção de mobilidade urbana com segurança, facilitando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, no intuito de democratizar os espaços públicos e garantir o acesso à cidade, independentemente do seu porte. Nesse sentido, propõe-se ainda:

- criar programas e fundos para adequação das vias urbanas e prédios públicos; reestruturação dos passeios e construções públicas nas cidades, adequando-os à nova lei de acessibilidade; incremento às ações educativas relacionadas ao direito de todos à acessibilidade e trânsito seguro, sinalização de trânsito, conscientizando através de divulgação, palestras e reuniões em todo os segmentos; implementação de políticas de fiscalização quanto à obrigatoriedade de promover condições necessárias à acessibilidade, transporte e mobilidade nas áreas públicas, privadas e de uso coletivo, com sanção para o descumprimento da lei;
- gerar plano diretor do sistema viário, priorizando sistemas de vias rápidas de integração interbairros e centro (implantação de novas vias de acesso, na malha urbana, além de contornos e marginais, nas áreas de expansão), incentivando o serviço público de transporte e seu uso, além de novas e modernas formas de locomoção e acessibilidade, como ciclovias e trens metropolitanos, trabalhando com engenharia de tráfego para que o trânsito tenha maior fluidez; ampliação do número de trajetos para o atendimento a novos bairros e áreas menos adensadas e mais afastadas, porém com elevada integração em regiões metropolitanas, assim como melhorias de acessibilidade, equipando uma quantidade significativa de ônibus para

atender melhor a um maior número da população; considerar a universalização do acesso e a integração dos municípios das regiões adjacentes às aglomerações urbanas, de modo a servir como fator de indução e de ordenação ao desenvolvimento urbano; incentivar a implementação de planos regionais que viabilizem políticas de desenvolvimento para o transporte coletivo e acessibilidade;

- priorizar os usuários do transporte coletivo, da bicicleta, pessoas com deficiências e pedestres, com a oferta de ciclovias, conectando os bairros ao centro da cidade; dotar a cidade de ciclofaixas, bicicletários, calçadas adequadas, sinalização para pedestres e deficientes visuais, rampas e guias rebaixadas, pisos podotácteis, ônibus providos de plataformas para cadeirantes, acesso aos locais públicos e comerciais por meio de rampas, elevadores, banheiros adaptados e corrimões, e vias especiais e ecologicamente corretas; promover o asfaltamento dos trajetos das linhas de ônibus, ampliação das linhas de transporte coletivo, priorizando as principais vias da cidade, e manter sempre em bom estado as pinturas de faixas horizontais, verticais e placas de sinalização de trânsito, de forma promover a segurança da população;
- nas áreas rurais, priorizar programas de melhorias das estradas rurais, para facilitar o transporte de alunos, moradores e o escoamento dos produtos da agropecuária por meio de aquisição de máquinas (motoniveladoras, escavadeiras, caçambas, etc.); parcerias entre as esferas de governo federal, estadual para cascalhamento das estradas rurais e manutenção de estradas vicinais; viabilização do transporte público coletivo urbano e para as comunidades rurais, com cobrança de tarifa reduzida; adequação e conservação dos acessos e pontes que ligam as comunidades rurais do município à sede, como forma de promover a integração com a zona urbana.

#### Municípios que enviaram as propostas:

Abatiá (2), Altônia, Ampére, Andirá (2), Ângulo, Apucarana (2), Arapongas, Arapoti, Araucária, Assaí (3), Astorga, Barbosa Ferraz (2), Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul (2), Cambé, Campina da Lagoa, Campina Grande do Sul, Capanema, Cascavel, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colombo, Congonhinhas, Corbélia, Cruz Machado, Cruzeiro do Oeste, Curitiba, Curiúva (2), Diamante do Norte, Enéas Marques, Esperança Nova, Fazenda Rio Grande, Fênix, Flórida, Foz do Iguaçu, General Carneiro, Guaraqueçaba, Ibema, Ibioporã, Icaraima, Inácio Martins, Inajá, Iporã, Iretama, Itaipulândia, Itapejara d'Oeste (2), Jacarezinho (2), Jussara, Kaloré, Loanda (2), Lobato, Londrina, Luiziana, Mamborê, Manfrinópolis, Marechal Cândido Rondon, Marilena (2), Mariluz, Maringá, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Medianeira, Missal, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Londrina, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Palotina, Paranacity, Paranaguá, Paranavaí, Pinhal de São Bento, Pinhão, Ponta Grossa, Pontal do Paraná (3), Porto Vitória (2), Pranchita, Presidente Castelo Branco, Quatiguá, Quatro Barras, Rancho Alegre d'Oeste, Realeza, Rio Bom, Rolândia, Rondon (2), Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Helena, Santa Isabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul (2), São Miguel do Iguaçu (4), São Pedro do Iguaçu (3), Sapopema, Sarandi, Serranópolis do Iguaçu (2), Sertaneja, Sertanópolis, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Vera Cruz do Oeste (2), Verê (3).

### 3 - Articulação interinstitucional e inter-regional – 141 propostas

Necessidade de articulação interinstitucional, entre União, Estado e Município, e inter-regional para a formulação, implementação e gestão (análises, viabilidade técnica, planejamento e execução) da política urbana no território, articulando as políticas fundiária, de habitação, mobilidade e acessibilidade, saneamento e desenvolvimento regional, com estabelecimento de metas comuns nessas áreas,

adequação dos projetos à realidade local, estímulo à integração entre órgãos públicos federais e estaduais e municípios, com comprometimento de compatibilidade entre políticas setoriais e desenvolvimento urbano, com participação dos vários segmentos da sociedade que atuam no planejamento e execução dos serviços decorrentes dessas políticas (maior transversalidade entre as políticas públicas em benefício da comunidade) e previsão de recursos para as infraestruturas, equipamentos e serviços necessários. Para tanto é preciso ainda:

- que sejam elaborados e implementados os planos municipais de saneamento básico, habitação e mobilidade e acessibilidade, respeitando as estratégias de universalização e a gestão democrática, com a participação da população e controle social na formulação, execução e acompanhamento, com base no Plano Diretor, e sua adaptação ao Estatuto da Cidade, bem como integração com as políticas de saúde, meio ambiente, educação, lazer, segurança, assistência e desenvolvimento social;
- que o CONCIDADES seja o indutor de tais articulações, por meio de suas câmaras técnicas/temáticas, e obtenha maior participação e contrapartida dos segmentos sociais (a exemplo dos acadêmicos e de pesquisa);
- que sejam fortalecidas as RMs institucionalizadas (RMC, RML, RMM), por meio de um espaço de gestão metropolitana (órgão colegiado) que canalize as demandas sociais, garantindo a participação da comunidade na formulação e implementação de políticas de integração metropolitana (incluindo integração de tarifas telefônicas e da tarifa dos transportes públicos de passageiros); e que sejam constituídos consórcios metropolitanos de desenvolvimento urbano com câmaras técnicas (habitação, saneamento, transporte e mobilidade), com estímulo estadual para incentivar a política regional integrada, e apoio técnico e financeiro dos governos federal e estadual à criação de consórcios intermunicipais;
- que seja incentivada a criação de unidades administrativas descentralizadas para implementação da Política Urbana, de secretarias municipais de planejamento urbano, e que se proceda a melhoramentos nos cadastros (multifinalitários) de informações nas áreas da política urbana, para gerenciamento de Plano Diretor e planos setoriais, e para que se possa avaliar e planejar com maior eficácia as questões que envolvem infraestrutura urbana;
- que sejam criados programas de apoio, assim como destinada maior liberação de recursos a fundo perdido aos municípios de pequeno porte, para desenvolver políticas urbanas;
- que seja fortalecida a infraestrutura das pequenas e médias cidades (com a garantia de recursos do sistema nacional de desenvolvimento urbano), para receberem contingentes populacionais migrantes oriundos das grandes cidades, como instrumento de reversão da urbanização concentrada, prevendo, fundamentalmente, instalação de energia elétrica e telefonia nas comunidades rurais e urbanas, pavimentação e vias de acesso ao transporte, entre outras infraestruturas;

- que se amplie o percentual e parcelas das transferências constitucionais e voluntárias repassadas aos municípios pelos governos federal e estadual e que seja realizada reforma tributária nacional que inclua as contribuições sociais federais, tais como COFINS, CIDE, CSLL e outras, junto aos impostos federais sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) para composição dos fundos de participação dos municípios (FPM) e dos estados (FPE), bem como *royalties* decorrentes da exploração do Pré-sal, e que uma parcela dessa verba seja destinada à viabilização do planejamento regional/metropolitano.

#### Municípios que enviaram as propostas:

Abatiá (2), Altônia, Ampére, Andirá (2), Ângulo, Apucarana (2), Arapongas, Arapoti, Araucária, Assaí (3), Astorga, Barbosa Ferraz (2), Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul (2), Cambé, Campina da Lagoa, Campina Grande do Sul, Capanema, Cascavel, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colombo, Congonhinhas, Corbélia, Cruz Machado, Cruzeiro do Oeste, Curitiba, Curiúva (2), Diamante do Norte, Enéas Marques, Esperança Nova, Fazenda Rio Grande, Fênix, Flórida, Foz do Iguaçu, General Carneiro, Guaraqueçaba, Ibema, Iporã, Icaraima, Inácio Martins, Inajá, Iporã, Iretama, Itaipulândia, Itapejara d'Oeste (2), Jacarezinho (2), Jussara, Kaloré, Loanda (2), Lobato, Londrina, Luiziana, Mamborê, Manfrinópolis, Marechal Cândido Rondon, Marilena (2), Mariluz, Maringá, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Medianeira, Missal, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Londrina, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Palotina, Paranacity, Paranaguá, Paranavaí, Pinhal de São Bento, Pinhão, Ponta Grossa, Pontal do Paraná (3), Porto Vitória (2), Pranchita, Presidente Castelo Branco, Quatiguá, Quatro Barras, Rancho Alegre d'Oeste, Realeza, Rio Bom, Rolândia, Rondon (2), Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Helena, Santa Isabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul (2), São Miguel do Iguaçu (4), São Pedro do Iguaçu (3), Sappema, Sarandi, Serranópolis do Iguaçu (2), Sertaneja, Sertãozinho, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Vera Cruz do Oeste (2), Verê (3).

#### 4 - Habitação - 114 propostas

Implementação efetiva, em todos municípios, dos princípios de moradia digna (que inclui habitação, saneamento básico, mobilidade e acessibilidade, ambiente saudável e uso sustentável de recursos, previstos na Constituição de 1988 e legislação infraconstitucional), com aplicação efetiva do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), criação de órgão responsável pela elaboração e implementação de Planos Municipais de Habitação, integrados a outras políticas públicas, criação de fundo de habitação, priorizando ações de negociação e/ou desapropriação de áreas de interesse público e coletivo, visando utilizar áreas com infraestrutura urbana existente; realizar ações para regularização fundiária (urbana e rural, inclusive municípios de pequeno porte), com disponibilização de terrenos e imóveis que estão em desuso, e a implementação do Fundo e consolidação do Conselho Municipal Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, com o intuito de manter programas destinados a famílias em situação de risco social e/ou ambiental; e observar maior abrangência dos programas habitacionais para municípios com menos de 20 mil habitantes (inclusive com flexibilização na contrapartida e possibilidade de aceite de bem imóveis – recursos físicos). Propõe-se, ainda, para isso:

- levantamento, pelo Estado, do déficit habitacional; elaboração dos Planos de Habitação Municipal, assim como a formação de uma equipe técnica da municipalidade, exclusiva para elaboração de projetos para captação de recursos, com vistas ao Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, com seu acompanhamento nas instâncias estaduais e federais, e implantação de cadastro municipal de habitação (destaque às ocupações irregulares e em áreas de risco);

- ampliação do Programa Minha Casa Minha Vida a todos os municípios e maior disponibilidade de recursos para construção de novos conjuntos habitacionais e condomínios, para construção, reforma ou ampliação de moradias na área urbana e rural, observando a infraestrutura existente e beneficiando famílias com baixo poder aquisitivo;
- aquisição de áreas para locação social e utilização das áreas institucionais do município para habitação social, apoiando-se em mecanismos legais e utilizando-se dos recursos federais(FNHIS), assim como apoio técnico e operacional para promover regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente, áreas da União, áreas ribeirinhas ou de marinha, e prevenção à favelização, com ações em parceria com IAP, INCRA, MDA, ITCG e outros, prevendo a revisão dos critérios de admissão dos usuários aos sistemas de crédito da CEF, regularização da documentação das moradias já existentes em conjuntos habitacionais e assistência jurídica gratuita, com redução de taxas cartorárias, facilitando o acesso a famílias com baixa renda;
- localização das habitações próximas às regiões concentradoras de empregos, com o aumento do percentual de unidades nos programas habitacionais para portadores de necessidades especiais e idosos, e criação de mecanismos para que os grandes empreendimentos destinem, como contrapartida, produção de unidades habitacionais de interesse social;
- apoio à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 285/2008, que dispõe sobre a vinculação de 2% dos recursos orçamentários da União e de 1% dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social, para garantir recursos até que seja erradicado o déficit habitacional, assim incrementando o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- utilização dos recursos do PIS/PASEP para políticas de desenvolvimento urbano, inclusive para aquisição de casa própria, e isenção do ICMS a famílias de baixa renda, nos materiais de construção.

#### Municípios que enviaram as propostas:

<p>Almirante Tamandaré, Alto Piquiri, Amaporã, Anahy, Antonina, Apucarana, Araucária, Ariranha do Ivaí, Atalaia, Barbosa Ferraz, Bituruna, Boa Ventura de São Roque, Boa Vista da Aparecida (2), Bom Sucesso, Borrazópolis, Braganey, Cafezal do Sul, Califórnia, Campo Largo, Carambei, Castro, Catanduvas, Chopinzinho, Cidade Gaúcha, Colorado, Congonhinhas, Cruzeiro do Iguaçu, Curiúva, Enéas Marques, Faxinal, Grandes Rios, Guaraniação, Guaraqueçaba, Ibiporã (2), Iguatu, Inácio Martins, Irati, Itaipulândia, Japurá, Jardim Olinda, Jataizinho (2), Jussara, Luiziana, Lunardelli, Mamborê (2), Mangueirinha, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Mariluz, Maringá, Matelândia, Medianeira (3), Moreira Sales, Morretes, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Nova Prata do Iguaçu, Novo Itacolomi, Ouro Verde do Oeste (3), Paçandu (2), Paranacity, Pato Bragado, Peabiru, Pérola, Pinhal de São Bento, Pinhão (2), Santa Lúcia, Pirai do Sul, Quatiguá, Quatro Barras, Quatro Pontes, Ramilândia (2), Rancho Alegre d'Oeste, Renascença, Reserva do Iguaçu, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Ivaí (2), São Carlos do Ivaí, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu (2), São Pedro do Ivaí, Sapopema (2), Sarandi, Saudade do Iguaçu, Sertaneja, Sulina, Tamboara, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste, Verê (2).</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## 5 - Meio ambiente - 40 propostas

Acionar os mecanismos públicos de preservação e educação ambiental (incluindo preservação e recuperação de nascentes e rios, mata ciliar, coleta seletiva e destinação dos resíduos), de forma continuada, com recursos federais e estaduais

a fundo perdido para cercamento, placas de advertência, sinalização e monitoramento em áreas de preservação permanente, assim como a criação de fundo de compensação financeira, gerido pelos Conselhos Municipais das Cidades, para áreas destinadas à preservação, como meio de garantir transformação cultural, visando à preservação do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida da população. Prevê-se também:

- revisão da legislação florestal, nos três níveis, contemplando tratamento para as áreas urbanas já ocupadas e consolidadas, diferenciado das áreas rurais;
- projeto de arborização de espécies mais resistentes a pragas e aos ventos;
- plano com responsabilidades definidas de destinação dos resíduos (entulhos da construção, móveis, eletrônicos), de recolhimento, destinação específica, de materiais altamente poluentes e tóxicos (pilhas, baterias, óleo de cozinha, lâmpadas fluorescentes, pneus e afins), e fiscalização da aplicação da lei do escoamento de produtos advindos da agropecuária e suas embalagens;
- implementação do plano de gerência de recursos hídricos, com consequente destinação financeira, fiscalização e monitoramento, e elaboração de um plano ecológico e ambiental para os municípios, incluindo formação da cooperativa de catadores, comercialização de recicláveis, construção de barracão, implantação de usina de compostagem, assim como conscientização da população, tendo como última etapa o não-recolhimento do lixo a granel que não esteja separado do reciclável.

Municípios que enviaram as propostas:

Almirante Tamandaré, Araruna, Barbosa Ferraz, Cascavel, Diamante do Norte, Fazenda Rio Grande, Floresta, Francisco Beltrão, Guairaçá, Guapirama, Lobato, Londrina, Mariluz, Palmas, Pato Branco (2), Pérola (2), Pinhão, Porto Vitória, Quatro Barras (2), Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Realeza, Rio Negro, Rondon, Santa Helena, Santa Lúcia (3), São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu (4), Tapira, Terra Boa, Verê, AMLIPA.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **6 - Criação de conselhos, capacitação, participação e controle social - 38 propostas**

Criação de um sistema de participação e controle social que preveja a constituição de conselhos em todas as esferas de governo, a formação e capacitação técnica, de conselheiros e da sociedade, para participação plena e exercício do controle social das políticas urbanas; que exista integração de comissões, associações e conselhos para a efetivação das políticas urbanas; e que sejam criados instrumentos e mecanismos que possam facilitar o acesso a todas as informações sobre o Conselho da Cidade (atuação, composição, legislação pertinente), com o fim de conscientizar a sociedade sobre seus direitos de participar da gestão pública. É necessário, para tal:

- que os Estados e a União viabilizem estrutura física, financeira e profissionais para cursos e treinamentos de capacitação técnica e para conselheiros municipais, de forma descentralizada e regionalizada, com garantia à formação continuada e à participação popular, especialmente



nas políticas setoriais, destinação de recursos e investimentos públicos, e alterações na legislação, através de palestras, reuniões e cursos em horários compatíveis com as possibilidades da comunidade; que também disponibilize material informativo sobre as políticas públicas, preservação e responsabilização quanto aos espaços e equipamentos públicos, e que se promovam discussões voltadas à efetividade da legislação urbanística atual e sua aplicabilidade, visando à participação popular em conjunto com a administração pública, através da realização de audiências públicas em todas as esferas de governo;

- que os CONCIDADES municipais promovam a integração entre as diferentes políticas públicas incidentes na política urbana, participem na avaliação de propostas de infraestrutura e grandes equipamentos urbanos, como também nas ações de negociação e/ou desapropriação de áreas de interesse público e coletivo, com a intenção de utilizar a infraestrutura urbana existente, conforme art. 1.228 do Estatuto da Cidade.

#### **Municípios que enviaram as propostas:**

Almirante Tamandaré, Araruna (2), Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Brasilândia do Sul, Carambeí, Centenário do Sul, Cruzeiro do Oeste (2), Dois Vizinhos, Farol, Floresta (2), Guapirama, Itaipulândia, Itambaracá, Jaguariaíva, Jardim Alegre, Jesuítas, Juranda, Jussara, Nova Santa Bárbara, Ourizona (2), Palotina, Quarto Centenário, Salto do Itararé, São Jerônimo da Serra, São Jorge d'Oeste, São José dos Pinhais, São Manoel do Paraná, São Miguel do Iguaçu, Saudade do Iguaçu (3), Terra Boa, Verê
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

#### **[Propostas organizadas para a sistematização \(integral\)](#)**

## **EIXO 4 - Relação entre os programas governamentais – como PAC e Minha Casa Minha Vida – e a Política de Desenvolvimento Urbano**

**Total de propostas classificadas: 415**

**Oriundas de outros eixos: 37**

**Específicas: 86**

### **1 - Articulação entre as políticas e programas urbanos, e prioridade aos pequenos municípios e aos segmentos de população de menor renda - 178 propostas**

Articular os entes da Federação, Conselhos das Cidades e outros Conselhos, para a formulação e implementação de políticas urbanas, e para a obtenção e gestão de recursos para o desenvolvimento urbano, e também destinar estes recursos à regulamentação de imóveis urbanos em usucapião. Nessa articulação, integrar o Programa PAC e Minha Casa Minha Vida de modo a otimizar a implantação, assim como adotar novos critérios para inclusão de todos os municípios, inclusive os de pequeno porte, no Programa MCMV; integrar as políticas municipais, o PPA e o Plano Diretor às políticas habitacionais do governo federal; promover desburocratização dos programas PAC e MCMV, bem como definição e divulgação de uma política de regulamentação fundiária, articulada às três esferas de governo, agilizando e facilitando o acesso à moradia digna às famílias de baixa renda; instituir como critério de inclusão dos beneficiários os dados do Cadastro Único, estabelecendo 60% como percentual de alocação de recursos do programa MCMV às famílias com renda entre 0 e 3 SM, incluindo nos critérios as mulheres chefes de famílias, e disponibilizar recursos do PAC para o programa MCMV, de forma individualizada ou coletiva, trabalhando com outros indicadores sociais e humanos, além do IDH-M, para seleção dos municípios, buscando instrumentalizar as prefeituras para executar o programa de forma eficiente. É necessário ainda:

- prever, na construção de novas unidades habitacionais, a inclusão de portadores de deficiência e idosos, e priorizar a liberação dos recursos para moradia a famílias que residem em áreas de risco, facilitando o acesso via diminuição da burocracia;
- criar porcentagem institucional na liberação de condomínios/loteamentos destinados ao atendimento à Habitação de Interesse Social;
- fortalecer conceitualmente a Secretaria Nacional de Programas Urbanos e assegurar integração dos programas governamentais que promovem a PNDU no país, resultando em menor fragmentação setorial entre as iniciativas federais;
- dar autonomia aos Conselhos das Cidades perante a Caixa Econômica Federal, para encaminhar, acompanhar e gerir projetos referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, permitindo que membros do conselho possam representar os beneficiários menos instruídos.

Municípios que enviaram as propostas:

Almirante Tamandaré (2), Alto Paraná, Amaporã, Ampére (2), Anahy, Ângulo, Antonina (2), Arapotí, Araruna, Araucária, Ariranha do Ivaí (2), Bela Vista do Paraíso (2), Boa Esperança do Iguaçu, Boa Ventura de São Roque, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso, Borrazópolis, Braganey (2), Brasilândia do Sul (2), Cafelândia (2), Califórnia, Cambará, Cambé, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Campina Grande do Sul, Campo Bonito, Campo Largo, Carambeí, Carlópolis, Castro (2), Cidade Gaúcha, Colombo, Colorado, Congonhinhas, Cruz Machado (2), Cruzeiro do Iguaçu (2), Curitiba (2), Diamante do Norte, Douradina (4), Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste, Faxinal, Figueira (2), Flor da Serra do Sul, Florai, Floresta, Flórida, Francisco Alves (2), Francisco Beltrão, General Carneiro (2), Grandes Rios, Guairaçá (2), Guapirama, Guaporema, Guaraci, Guarapuava, Guaraqueçaba, Ibema (3), Iguatu, Inácio Martins (2), Iporã, Irati, Itapejara d'Oeste, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Ivaté, Jaguapitã (2), Jardim Alegre, Jataizinho, Jussara, Kaloré, Lidianópolis, Lindoeste, Loanda, Lunardelli, Mamborê, Mandaguaçu, Marechal Cândido Rondon, Marilândia do Sul, Marilena, Mariluz, Marmeleiro, Medianeira, Mirador, Moreira Sales, Nova Aurora (2), Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Santa Bárbara, Novo Itacolomi, Ourizona (2), Ouro Verde do Oeste, Paraíso do Norte (2), Peabiru (3), Pérola, Pinhão, Piraí do Sul, Porto Rico (2), Pranchita, Prudentópolis, Quarto Centenário, Quatiguá, Rancho Alegre d'Oeste, Realeza, Renascença, Reserva do Iguaçu, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rio Negro (2), Rondon, Salto do Itararé, Santa Cruz de Monte Castelo (3), Santa Helena, Santa Izabel do Oeste (2), Santa Maria do Oeste, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso (2), São João do Ivaí, São João do Triunfo (2), São Jorge d'Oeste (2), São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São José das Palmeiras (2), São José dos Pinhais, São Pedro do Ivaí, Sertaneja, Sertanópolis, Sulina, Telêmaco Borba (2), Tibagi (2), Três Barras do Paraná, Tupãssi, Ubitatã (2), Umuarama, Uniflor (2), Uraí.

## 2 - Capacitação, divulgação, participação e controle social - 167 propostas

Capacitação aos técnicos municipais para adequar os municípios às normativas necessárias para acesso aos recursos provenientes do Ministério das Cidades para os Programas PAC e Minha Casa Minha Vida, além de outros programas de desenvolvimento urbano e quanto às Leis Orçamentárias voltadas ao Plano Diretor Municipal; capacitar, neste mesmo sentido, os Conselheiros Municipais, que terão subsídios para exercer fiscalização e controle social nos projetos de integração dos programas de urbanização. Para tanto, criar cursos profissionalizantes para os municípios com menos de 50 mil habitantes, com vistas ao planejamento urbano e desenvolvimento local; incluir nos currículos escolares noções sobre o PAC, além de outros programas de governo; promover intercâmbio entre técnicos de planejamento municipais para realização de programas governamentais; e criar espaços institucionais descentralizados para a implantação do Orçamento Participativo, visando ao cumprimento integral das disposições legais e garantindo a implementação de políticas públicas eficientes. É necessário ainda:

- ampliar debates quanto aos programas relacionados ao desenvolvimento urbano, saneamento, transporte e acessibilidade urbana, programas do PAC e MCMV, e dotar os Conselhos de poder de decisão sobre o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e outros, com a sociedade, e prever a participação da sociedade nas decisões;
- promover ampla divulgação de programas setoriais (saneamento, habitação, mobilidade e acessibilidade, entre outros), de desenvolvimento urbano, PAC, MCMV, utilizando canais de comunicação como jornais, rádio, televisão e internet, e divulgar, nestes mesmos espaços, as audiências públicas e fóruns, com linguagem clara e objetiva, para que a comunidade possa exercer o controle social, o acompanhamento e a fiscalização na aplicação dos recursos públicos;
- divulgar o trabalho dos Conselhos, para que a comunidade reconheça a importância da participação, e também divulgar amplamente, em âmbito nacional, a emenda constitucional 26/2000, que garante o direito à moradia e a forma de acesso aos programas governamentais;
- criar condições de que a sociedade civil organizada – ONGs, pastorais, conselhos, empresas públicas e privadas – possam exercer o controle social efetivo, criando ouvidoria para sugestões e denúncias e observatório para avaliação e fiscalização.

Municípios que enviaram as propostas:

Abatiá, Alto Paraíso (2), Alto Piquiri, Anahy, Andirá (2), Antônio Olinto, Apucarana (2), Arapongas, Assaí (3), Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Barbosa Ferraz (2), Bituruna (2), Boa Vista da Aparecida (2), Cambará, Campo Mourão, Carambeí, Cascavel, Centenário do Sul, Cianorte (2), Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colorado, Congonhinhas, Corbélia, Coronel Domingos Soares (2), Coronel Vivida, Dois Vizinhos (3), Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Flor da Serra do Sul, Florá, Francisco Beltrão, General Carneiro, Godoy Moreira, Guapirama, Guaraci, Guaraniaçu, Guaraqueçaba, Iguatu, Inajá, Iporã, Irati, Itaipulândia, Itambaracá, Jacarezinho (2), Jaguariaíva, Jesuítas, Kaloré, Leopólis, Lindoeste, Lobato (2), Londrina (2), Mamborê (2), Mandaguçu (2), Manfrinópolis (2), Maria Helena (2), Marialva (2), Maringá (2), Mariópolis (2), Maripá (2), Mirador, Morretes, Munhoz de Melo, Nova América da Colina, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Londrina (2), Nova Olímpia (2), Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Paiçandu, Palotina, Paranaity, Paranaguá, Paranaí (2), Pato Branco, Paula Freitas, Paulo Frontin, Perobal (2), Piraí do Sul, Ponta Grossa (2), Pontal do Paraná (2), Porto Vitória (2), Pranchita, Primeiro de Maio, Quarto Centenário (2), Quatiguá, Quatro Barras, Querência do Norte, Quinta do Sol (3), Ramilândia, Realeza, Ribeirão Claro (2), Rolândia, Rondon, Sabáudia, Saigado Filho (2), Salto do Itararé, Santa Helena, Santa Mônica, Santa Tereza do Oeste (2), Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, São José dos Pinhais, São Manoel do Paraná, São Mateus do Sul (2), São Pedro do Iguçu, Sarandi (2), Saudade do Iguçu, Sulina (2), Tamboara, Terra Rica, Três Barras do Paraná, Tupáss, Turvo (2), Ubitatã, União da Vitória (2), Uniflor, Uraí, Vera Cruz do Oeste, AMLIPA.

### **3 - Planejamento de políticas setoriais e definição de recursos - 107 propostas**

Implantação de sistema de banco de dados georreferenciado, com informações socioeconômicas sobre demandas para habitação (déficit habitacional, áreas para moradias, população em áreas de risco), saneamento, entre outras necessárias ao planejamento municipal; revisão dos parâmetros de enquadramento de programas do governo federal, a exemplo do PAC, MCMV e outros, para que todos os municípios sejam contemplados, inclusive as áreas rurais, garantindo equidade na distribuição dos recursos do MCMV, criando mecanismos que possibilitem a participação dos municípios de pequeno porte, e transparência na utilização dos recursos públicos. Além disso:

- incluir no PAC recursos para viabilizar infraestrutura de galerias pluviais no perímetro urbano;
- criar Fundos Municipais para regularização fundiária, habitação de interesse social, para aquisição de áreas habitacionais de interesse social e para instalação de infraestrutura básica, com base na arrecadação municipal;
- criar programa federal para coleta e disposição final de lixo municipal, com recursos para construção de aterros sanitários, aquisição de máquinas e equipamentos e construção de estrutura para reciclagem e aquisição de caminhões para o transporte do lixo;
- ampliar o volume de recursos para implantação e manutenção de políticas públicas urbanas, para infraestrutura de equipamentos sociais (escolas, creches, postos de saúde, lazer, etc.) e alternativas para geração de renda;
- isentar impostos PIS/COFINS e outros tributos nos serviços de obras de saneamento e de habitação de interesse social, e reverter o ICMS oriundo da conta de energia do setor de saneamento para o Sistema de Saneamento, criando tarifas menores de energia para este setor;

#### **Municípios que enviaram as propostas:**

Abatiá, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia (2), Amaporã, Ângulo, Antônio Olinto, Apucarana, Arapongas (2), Araruna, Araucária, Boa Esperança do Iguçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Campina do Simão, Campo Mourão, Carlópolis, Cascavel (2), Castro, Catanduvas, Céu Azul (2), Chopinzinho, Clevelândia, Colombo, Coronel Vivida, Cruzeiro do Oeste (2), Curiúva, Enéas Marques, Entre Rios do Oeste (2), Esperança Nova, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Figueira, Flórida, Foz do Iguçu, Grandes Rios, Guaíra, Iporã, Inajá, Itaipulândia, Itambé (3), Ivaiporã, Ivaté (2), Jardim Alegre, Leopólis, Lidianópolis, Lunardelli, Mandaguari (2), Marilândia do Sul, Matelândia (2), Missal (2), Moreira Sales, Nossa Senhora das Graças, Nova América da Colina, Nova Prata do Iguçu, Nova Santa Rosa, Novo Itacolomi, Ouro Verde do Oeste, Paiçandu, Palotina, Paraíso do Norte, Pato Bragado, Paulo Frontin, Porto Rico, Primeiro de Maio, Querência do Norte, Ramilândia, Rancho Alegre, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rio Negro, Salto do Lontra, Santa Fé, Santa Isabel do Ivaí, Santa Maria do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São Jerônimo da Serra, São João do Ivaí, São Jorge do Oeste, São Jorge do Ivaí, São Manoel do Paraná, São Mateus do Sul, São Pedro do Ivaí, Saudade do Iguçu, Serranópolis do Iguçu, Sertaneja, Sertanópolis, Tapira, Telêmaco Borba, Terra Boa, Terra Rica (2), Umuarama.

#### **[Propostas organizadas para a sistematização \(integral\)](#)**